

Editorial

Nos últimos anos, o ensino superior no Brasil tem sido objeto de várias políticas governamentais, provocando muitas discussões que mobilizam professores, gestores, estudantes, entidades científicas, faculdades e universidades públicas e privadas. Nesse contexto, julgamos oportuno publicar o artigo de Susan L. Robertson, que abre esta edição da revista: “O processo de Bolonha torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?”. Como o próprio título sugere, o processo de Bolonha ultrapassou as fronteiras europeias e tem sido discutido em diversos outros países do mundo, inclusive no Brasil.

O ensino superior, dessa vez no nível da pós-graduação, é também objeto de outro artigo, “A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico”. Nele, Ana Lúcia Félix dos Santos e Janete Maria Lins Azevedo analisam a política de pós-graduação no Brasil nas últimas décadas, particularmente no Nordeste, tomando como foco a política educacional como temática de pesquisa.

Publicamos também, neste número, um conjunto de artigos que se inscrevem na área de história da educação. A produção dos pesquisadores a ela vinculados tem apresentado, nas

últimas décadas, importante crescimento quantitativo e qualitativo, refletido na visibilidade que essa produção tem alcançado, por meio da socialização em periódicos e eventos científicos. São artigos que, ao focalizarem outros tempos da educação brasileira, fornecem subsídios para um estranhamento e uma melhor compreensão do presente. No primeiro deles, “As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935”, André Luiz Paulilo procura entender as práticas de administração pública do ensino, concretizadas principalmente nas ações da Diretoria Geral da Instrução Pública do antigo Distrito Federal, nas gestões de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Um período semelhante (1918 a 1938) é objeto do trabalho de Geisa Magela Veloso, “Imprensa e Escola Normal: representações de progresso e civilização na produção de um imaginário social – 1918-1938”, que busca compreender como o jornal *Gazeta do Norte*, publicado em Montes Claros, Minas Gerais, e a Escola Normal da cidade desenvolvem uma série de ações em torno de objetivos comuns, centrados no desejo de alcançar o progresso e a civilização. Nesse conjunto, insere-se também o artigo “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”, de

Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno, no qual os autores analisam o papel do manual didático no Brasil no período estudado, relacionando-o ao preconizado por Comenius. Para realizar essa análise, focalizam o tratamento dado por alguns manuais de história do Brasil, voltados para o ensino secundário, à Guerra da Tríplice Aliança.

Os demais artigos publicados nesta edição da revista podem ser agrupados em dois grandes conjuntos. O primeiro deles aborda, de modo geral, como concepções de educação e de sociedade norteiam, de modos diferenciados, projetos educativos que vêm sendo desenvolvidos contemporaneamente em diferentes instâncias. Marlene Ribeiro, em “Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?”, apresenta os conceitos de liberdade e emancipação em autores clássicos (como Dewey, Pistrak e Paulo Freire) que orientam as experiências de diferentes movimentos sociais populares do campo com atuação no Rio Grande do Sul. Por sua vez, Marisa Vorraber Costa e Mariangela Momo, em “Sobre a ‘conveniência da escola’”, por meio da análise de três projetos sociais, discutem o novo “uso” da escola que vem sendo feito na atualidade, atrelado à lógica de mercado, característica do atual estágio de globalização. Em “Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada”, Sílvia Andreis

Witkoski argumenta, como o próprio título exprime, que a norma da fala e a leitura da palavra falada podem ser interpretadas como um dos preconceitos que envolvem o “ser surdo”. Em “O *quem* da educação a distância”, Estrella Bohadana e Lílian do Valle, por sua vez, buscam contribuir, por meio da análise das ideias de alguns filósofos, para a construção de instrumentos conceituais que favoreçam o aprofundamento teórico em torno da educação a distância.

O segundo grupo focaliza aspectos específicos dos sujeitos que dão concretude ao ato educativo: professores e alunos. Em “A pesquisa do professor da escola básica em questão”, Menga Lüdke e colaboradores trazem uma instigante discussão sobre o que

é pesquisa, na visão de um conjunto de pesquisadores de reconhecida competência, convocados a julgar quatro trabalhos produzidos por professores da educação básica e publicados em eventos acadêmicos, pré-selecionados pela equipe da investigação. No trabalho “Representações de masculinidades latentes em aulas de física do ensino médio”, Josemeire M. Júlio e Arnaldo M. Vaz, por meio da análise detalhada de uma sequência de aulas, buscam caracterizar aspectos latentes de masculinidades dos rapazes que trazem implicações para a aprendizagem individual e coletiva de alunos e alunas do ensino médio em aulas de física.

Por fim, a revista publica uma homenagem a Victor Valla, realizada

por vários colegas e ex-orientandos e com a sua participação, em uma sessão do Grupo de Trabalho de Educação Popular, na Reunião Anual da ANPEd de 2007. Pesquisador que contribuiu para a (re)configuração do campo da educação popular, particularmente da educação popular e saúde, nas últimas décadas no Brasil, Valla faleceu em setembro deste ano.

Acreditamos que os artigos publicados, em sua heterogeneidade, contribuem para a consolidação do campo da educação no país, para o repensar das práticas educativas e das políticas educacionais e para instigar a revisitação de temas que já vêm sendo investigados.

A Comissão Editorial